

René Berthier
Éric Vilain

MARXISMO E ANARQUISMO



Editora Imaginário

 **EXPRESSÃO & ARTE**
EDITORA

ELEMENTOS DE UMA ANÁLISE BAKUNINIANA DA BUROCRACIA ¹

René Berthier

O fenômeno da burocracia é, do ponto de vista marxista, algo de inédito na medida em que nunca havia sido considerado pelos pais fundadores como sistema político moderno de dominação. A questão que vem então ao espírito é: e quanto ao anarquismo?

O marxismo não tinha desenvolvido uma reflexão sobre o sistema burocrático porque ele tinha por certo que o socialismo seria uma consequência inevitável do desenvolvimento das contradições do capitalismo. Para Bakunin, ao contrário, o socialismo é só uma possibilidade, nada mais. Um outro sistema pode desenvolver-se “se não ficarmos atentos”, diz: o sistema da burocracia de Estado, como consequência do fracasso da revolução proletária.²

¹ Este estudo foi publicado em IRL - Informations et Réflexions libertaires, no verão de 1987.

² As citações de Bakunin, salvo indicação contrária, foram extraídas das Œuvres publicadas pelas Éditions Champ Libre, com a indicação do volume em número romano e da página em número arábico.

O clero como classe dominante

Um desvio pela Idade Média permitirá apreender melhor o problema. Bakunin considera, com efeito, que o clero foi uma classe dominante durante a primeira metade da Idade Média. Do século IV, quando a Igreja torna-se oficial sob o imperador Constantino, ao século XI, em que ela subjuga o imperador da Alemanha, ela é a primeira força política e social da Europa.

“A Igreja e os padres, o papa à frente, eram os verdadeiros senhores da terra”³, diz Bakunin. Toda a primeira metade da Idade Média é dominada pela luta dos monarcas contra a supremacia papal. A doutrina dominante sustenta que os monarcas detêm seu poder de Deus, por intermédio do papa. As autoridades políticas dos Estados são, pois, inteiramente subordinadas à Igreja. O clero tinha consigo a força dos exércitos, o poder econômico e uma organização hierárquica eficaz. Foi só após uma longa luta que os soberanos acabaram progressivamente por deter sua incumbência diretamente de Deus, liberando-se assim de um estorvo intermediário. Talvez seja preciso ver aí a origem da idéia segundo a qual a monarquia francesa é a “filha primogênita da Igreja”: porque foi a primeira a liberar-se de sua tutela política.⁴

³ *Três conferências feitas aos operários do vale de Saint-Imier*, maio de 1871.

⁴ Há duas explicações para esse “título”. Primeira explicação: Clóvis (466- 511) foi o primeiro rei franco a ter-se convertido – por razões perfeitamente oportunistas – à religião de Roma. Segunda explicação: Pepino, o Breve derrotou os lombardos em 754-756 e

Bakunin ressalta, contudo, que o Estado e a Igreja são “dois pólos inseparáveis embora sempre opostos”⁵, duas instituições que se geram uma a outra, mas que, como é sempre o caso, quando dois centros de autoridade coexistem, não podem subsistir senão em situação de conflito e pela submissão de um ao outro.

Dizer que Bakunin e Marx diferenciam-se por sua teoria do Estado é dizer pouco. Bakunin aborda essa questão sob um ângulo totalmente diferente. Ele considera a função do poder, que se apresenta sob dois aspectos, teológico e político, a Igreja e o Estado. Contrariamente a Marx, Bakunin nunca considerou que a crítica da religião havia sido concluída; é ao contrário uma preocupação constante, no sentido que é um aspecto não subordinado, mas integrante da crítica do poder, na medida em que o poder reveste, mesmo sob roupagens laicas, um aspecto religioso: a ideologia é uma força material.

Muitos aspectos da vida política assumem formas religiosas, o que Stirner buscou particularmente mostrar, encontrando por parte de Marx uma total incompreensão. Eventualmente, Bakunin diz que a Igreja é a irmã

conquistou para o papa Estêvão II territórios que foram denominados “Patrimônio de São Pedro”, ancestral dos Estados Pontifícios. A própria expressão de “filha primogênita da Igreja” é recente: o papa Leão XIII, emprega-a num “Discurso aos peregrinos franceses”, de 2 de maio de 1879, bem como Leão XIII na Encíclica *Nobilissima Gallorum gens*, de 8 de fevereiro de 1884. Não parece que houve utilização anterior a essa época.

⁵ Œuvres, I, 130, “La théologie politique de Mazzini et l’Internationale”. Deuxième partie: fragments et variantes. Fragment G, agosto-outubro de 1871.

primogênita do Estado, no sentido que as primeiras formas de poder surgidas na história revestiram um caráter sacerdotal. Em sua crítica de Mazzini, Bakunin fala amiúde também da noção de Igreja-Estado. Suas análises sobre este tema talvez sejam uma prefiguração do esquema trifuncional das sociedades indoeuropéias de Georges Dumézil, por sua distinção da função poder em poder teocrático e poder jurídico-político; e fazendo uma analogia mais ampla, por sua distinção tripartite dos constituintes da sociedade em produtores, classe dominante e Estado, este último sendo, no caso presente, um elemento à parte inteira, ao contrário do esquema marxiano.⁶ Compreende-se melhor que a noção de clero-classe dominante possa facilmente integrar-se no sistema de pensamento bakuniniano.

O declínio do poder da Igreja tem as mesmas causas que aquelas que provocaram o declínio da aristocracia feudal: o desenvolvimento das trocas, da circulação monetária, o surgimento do capital mercante, o desenvolvimento das cidades que enfraqueceram as camadas cujas rendas eram fundamentadas sobre a propriedade fundiária.⁷ Marx descreveu essa evolução, que resultou no reforço do poder real. Bakunin, no que o concerne, ressalta um ponto interessante que toca mais particularmente a esfera do político: quando o direito

⁶ Segundo Bakunin, a história europeia explica-se por um jogo de alianças históricas entre três forças: na França, a burguesia e a monarquia teriam-se aliado contra a nobreza feudal; na Inglaterra, a burguesia e a nobreza teriam-se aliado para limitar o poder da monarquia; na Itália, a burguesia deveria seu desenvolvimento à luta entre o poder religioso (a Igreja) e o poder político (o imperador) etc.

⁷ A recusa, pela Igreja, do empréstimo a juros pode aqui ser interpretado como uma tentativa de impedir o desenvolvimento de uma economia monetária que saparia os fundamentos de seu poder.

soberano foi reconhecido como precedendo imediatamente de Deus, o poder foi proclamado absoluto.

Foi assim que, sobre as ruínas do despotismo da Igreja, foi erigido o edifício do despotismo monárquico. A Igreja, após ter sido a senhora, tornou-se a criada do Estado, um instrumento de governo nas mãos do monarca.⁸

Assim, da mesma maneira que durante a passagem da sociedade monárquica à sociedade burguesa, a classe que perde sua posição hegemônica não desaparece, subsiste subordinando-se ao novo poder. A luta entre a Igreja e o Estado era historicamente necessária, diz Bakunin. Por seu caráter universal, a Igreja tinha uma amplitude demasiado grande para poder absorver os Estados nacionais num “Estado universal”⁹. A Reforma, em particular na Alemanha, é interpretada por Bakunin como uma reação contra a Igreja que resulta na desorganização de uma instituição dominante, mas também na subordinação ampliada das populações ao poder dos príncipes, que se aproveitam da atomização da instituição religiosa para tornar-se chefes espirituais subordinando a religião aos interesses do Estado. Inúmeros soberanos que se converteram à Reforma aproveitaram-se disso, por sinal, para apoderar-se dos bens da Igreja.

Alhures, a Igreja católica enfraquecida é absorvida pelo Estado: assim nasce o despotismo moderno, diz Bakunin. Aos dois períodos-chave da história da sociedade monárquica, quando os monarcas libertam-se

⁸ *Loc. cit. Três conferências feitas aos operários do vale de Saint-Imier.*

⁹ *L'empire knouto-germanique*, VIII, 153.

da tutela papal para sua investidura, e durante a Reforma, o enfraquecimento da instituição religiosa acompanha-se de uma transferência aumentada de poder ao Estado e de uma subordinação, ou em todo caso, de uma dependência acrescida da Igreja em relação ao Estado.

Marx tinha abordado de leve a hipótese de Bakunin concernindo à Igreja, mas ele não aprofunda. No livro III de *O Capital*, ele diz:

É assim que a Igreja católica, constituindo na Idade Média sua hierarquia entre as melhores cabeças do povo, sem consideração de posição social, nascimento e fortuna, empregou o mais seguro meio de consolidar a dominação dos padres e manter os laicos sob o jugo. Quanto mais uma classe dominante é capaz de acolher em seu seio os indivíduos eminentes das classes dominadas, mais seu reinado é estável e perigoso. (Pléiade, II, p. 1275)

Lamentamos que Marx não tenha prosseguido nessa via. Nesta passagem, ele dá indicações interessantes sobre os fundamentos jurídicos e o modo de reprodução dessa classe dominante: a cooptação das elites intelectuais, e não a propriedade individual.¹⁰ Evocando de seu lado as diferentes classes do Antigo Regime, Bakunin fala da “classe dos padres, não hereditários desta vez, mas se recrutando indiferentemente em todas as classes da sociedade.”¹¹

¹⁰ A proibição do casamento dos padres explica-se muito bem: eles teriam naturalmente tido tendência a gerar filhos, a quem tentariam legar os bens por eles administrados, despossuindo assim a Igreja de seu patrimônio.

¹¹ *L'empire knouto-germanique*, VIII, 153.

Em resumo às reflexões de Bakunin relativas a questão, pode-se dizer que o clero era uma classe fundada na propriedade oligárquica do capital (no caso presente, fundiário), que se reproduzia pela cooptação das elites da sociedade, que funcionava sobre a base de uma organização hierárquica fortemente estruturada e unida por uma ideologia global de vocação universal. Tal definição, como vemos, pode muito bem aplicar-se à burocracia soviética. Os desenvolvimentos de Bakunin sobre os conceitos de burocracia como “quarta classe governamental” e “burocracia vermelha” merecem, portanto, ser examinados.

A quarta classe governamental

Bakunin aborda muitas vezes a questão da burocracia, da qual distingue vários tipos.

1. A burocracia de Estado. – O exemplo da Alemanha

A burocracia é em primeiro lugar uma emanção do Estado, sua base social, a camada que sustenta a ilusão da racionalidade e da necessidade do Estado. É ela que faz do Estado uma realidade, um poder efetivo que lhe dá um conteúdo. A burocracia encarna a idéia do Estado ao mesmo tempo que é seu aparelho. Mas por um processo natural que quer que todo organismo criado tenda a desenvolver-se e crescer, a burocracia pode tender a autonomizar-se em relação ao Estado, do mesmo modo que o Estado tende a autonomizar-se em relação à sociedade.

Quando uma nova força política formou-se, ela deve seguir seu curso ascendente até que comece a decrescer, seja em consequência da ação de elementos dissolventes, seja pelo efeito de uma força destruidora exterior.¹²

A burocracia acaba por confundir-se com o Estado, tornase o Estado, com sua cascata de hierarquias constituindo o que Bakunin denomina “corpo sacerdotal do Estado”¹³. Bakunin indicou igualmente que uma classe que aspira à hegemonia deve encontrar uma “sanção moral qualquer”: essa sanção deve ser “tão evidente e simples que ela possa convencer as massas” do “reconhecimento moral de seu direito” e de sua legitimidade para dirigir o Estado.¹⁴ O reconhecimento moral do direito da burocracia é a ciência, o saber, o domínio da “ciência política, a ciência do Estado”¹⁵. O conhecimento da “ciência do serviço do Estado”, que abarca a administração, as finanças, a diplomacia, deve, com a teologia e o direito, formar os burocratas em fiéis servidores do Estado.

Toda a ciência do burocrata consistia no seguinte: manter a ordem pública e a obediência dos súditos, e deles arrancar tanto dinheiro quanto possível para o tesouro do soberano, sem arruiná-los por completo e sem levá-los, pelo desespero, à revolta.¹⁶

¹² *L'empire knouto-germanique*, VIII, 414.

¹³ “Aos companheiros da Associação Internacional dos Trabalhadores do Logle e de La Chaux-de-Fonds”. Artigo 4. 28 de abril de 1869. 92

¹⁴ *L'empire knouto-germanique*, VIII, 142.

¹⁵ *Écrit contre Marx*, novembro-dezembro de 1872. OEuvres, III, 211.

¹⁶ *Ibid.*

É significativo que segundo Bakunin as duas ciências ligadas ao governo do Estado, à diplomacia e à burocracia, tenham nascido em países politicamente fragmentados. A diplomacia nasceu na Itália, por uma espécie de necessidade histórica: partilhada em uma multidão de pequenos Estados em perpétua luta, uns contra os outros, e, por sinal, constantemente ameaçados pela França, pela Alemanha e pela Espanha, era natural que a necessidade ali desenvolvesse a arte de estabelecer e manter relações constantes de negociação. A burocracia nasceu e desenvolveu-se principalmente na Alemanha, tornou-se ali “simultaneamente uma ciência, uma arte e um culto”¹⁷, diz Bakunin.

O esmagamento da revolta camponesa de 1515 havia enfraquecido as energias populares da Alemanha. A Reforma tinha resultado não na emancipação do espírito, mas na sujeição da religião ao poder dos inumeráveis príncipes e dos reis que governavam o país. Nessa época, diz Bakunin, na Alemanha, as palavras “pátria”, “nação”, eram completamente ignoradas. Só havia o Estado, ou melhor, uma infinidade de Estados, grandes, médios, pequenos que o funcionário alemão servia “e que se resumia para ele na pessoa do príncipe”.¹⁸ De certo modo, o sentimento de pertencimento ao Estado é um substituto ao sentimento nacional que não tem terreno para exprimir-se.

A multiplicidade dos Estados acarreta a multiplicação dessa classe de funcionários encarregada de gerir o mais racionalmente possível os negócios do soberano. A

¹⁷ *Ibid.*

¹⁸ *Ibid.*

ausência de Estado real, de Estado nacional, provocou uma hipertrofia da idéia do Estado. Pode-se imaginar, diz Bakunin, qual deve ter sido o espírito desses honestos filisteus da burocracia alemã que, não reconhecendo depois de Deus outro objeto de culto senão essa horrível abstração do Estado personificado no príncipe, imolava-lhe conscienciosamente tudo:

Novo Brutus, em boné de algodão e cachimbo pendente da boca, cada funcionário alemão era capaz de sacrificar seus próprios filhos ao que ele chamava razão, justiça, direito supremo do Estado.¹⁹

O nascimento do Estado burocrático na Alemanha é expressamente situada na época do esmagamento da revolta de 1525, durante a qual os camponeses, “abandonados e traídos pelos burgueses das cidades”²⁰ foram massacrados pelos nobres.

Foi precisamente aí que começou a desenvolver-se, em todo o seu estranho esplendor, na Alemanha, a força crescente, pretensamente progressista e revolucionária do Estado militar, burocrático e tranqüilamente despótico.

Os príncipes substituíram-se ao papa como chefes da Igreja. Mas sobretudo, observa Bakunin, enquanto a burguesia alemã havia sido capaz de um grande dinamismo, o movimento econômico, industrial e comercial desacelerou-se consideravelmente. A dupla revolução que marcou a transição da Idade Média à era moderna, a saber:

¹⁹ *Ibid.*

²⁰ *Ibid.*

- A revolução econômica, “que, sobre as ruínas da propriedade feudal, devia fundar a nova força do capital”;
- A revolução religiosa “que havia despertado a vida política em todos os outros países”,

essa dupla revolução na Alemanha resultou no empobrecimento e no torpor material bem como na prostração intelectual e moral.

Foi durante esse período, que vai do esmagamento da revolta camponesa ao renascimento literário da segunda metade do século XVIII, que se constituiu na Alemanha, sob a influência do ensino luterano, o espírito de obediência e servil resignação, ao mesmo tempo que se desenvolviam “a ciência administrativa e a atividade de uma burocracia tateante, sistemática, inumana e impessoal”²¹.

Cada funcionário alemão tornou-se uma espécie de grande sacerdote pronto a imolar não com seu gládio, mas com a pena do escriba, o filho mais amado sobre o altar erigido a serviço do Estado.²²

Em *Estatismo e Anarquia*, escrito em 1873, Bakunin mostra que a Alemanha bismarckiana é doravante o único Estado verdadeiramente soberano no continente europeu, e que

a administração tanto quanto a burocracia alemãs alcançaram, por assim dizer, o ideal ao qual aspiram, em

²¹ *Estatismo e Anarquia* IV, 287.

²² *Ibid*

vão, a burocracia e a administração de todos os outros Estados.²³

Mas estes são, acrescenta ele, só os efeitos de uma causa geral e mais profunda que condiciona toda a vida social da Alemanha, ou seja, o instinto de comunidade, que se manifesta, de um lado, pela submissão às autoridades legítimas e, por outro, pela sujeição de tudo o que é mais fraco. Comple tando-se e explicando-se, um e outro, “esses dois elementos de um mesmo instinto estão na base da sociedade alemã”.²⁴

No decorrer dos séculos desenvolveu-se um “culto do poder de Estado” que, ele próprio, engendrou

uma doutrina e uma prática burocráticas e que, pelos cuidados dos eruditos alemães, tornou-se, em seguida, o fundamento de toda a Ciência Política hoje ensinada nas Universidades da Alemanha.²⁵

É verdade, outros países desenvolveram uma administração e uma burocracia aperfeiçoadas, mas só na Alemanha elas tornaram-se uma ciência. Todavia, se ela se limitasse a isso, a explicação de Bakunin poderia ser tachada de idealista: seria em substância o espírito do povo alemão que teria criado a burocracia.

Bakunin está em oposição total com os “doutrinários do comunismo alemão”²⁶ em relação ao evento fundador da evolução burocrática e autoritária da Alemanha. Este que é visado é, por sinal, menos Marx que Lassalle. Este

²³ *Ibid.* 286.

²⁴ *Ibid.*

²⁵ *Ibid.*

²⁶ *L'empire knouto-germanique*

último, diz Bakunin, felicitou-se pelo esmagamento da insurreição camponesa de 1525 pelos príncipes alemães, com a cumplicidade dos burgueses. Segundo Lassalle, se essa revolta tivesse logrado êxito, teria desviado a nação alemã da linha normal de seu desenvolvimento econômico e político consolidando entre os camponeses o princípio da propriedade hereditária da terra (VIII, 464). Marx e Lassalle, diz ainda Bakunin, pensam que a insurreição camponesa era reacionária:

O camponês só pode fazer reação, de onde resulta que o primeiro dever da revolução é impedir, reprimir, a qualquer custo, qualquer movimento de camponeses.²⁷

Entretanto, observa Bakunin, a repressão à revolta não impediu o princípio da propriedade privada de estabelecer-se firmemente. Fazendo, como é hábito seu, um paralelo com a Revolução francesa, ele observa que os “doutrinários do comunismo alemão” poderiam igualmente lamentar que os camponeses franceses tivessem sido emancipados e tivessem adquirido os bens do clero e da nobreza emigrada. Mas se eles não o tivessem feito, o poder da Igreja e da nobreza teria permanecido intacto, como ainda é o caso no que concerne à nobreza na Alemanha,

de modo que a revolução socialista teria hoje de combater, ao lado da força malfazeja da burguesia, ainda essa dos dois antigos corpos.²⁸

²⁷ *Escrito contra Marx*, III, 204.

²⁸ *L'empire knouto-germanique*.

É exatamente, por sinal, a situação que se apresentou em 1848 na Alemanha.

Por outro lado, acrescenta Bakunin, se o campesinato francês não tivesse apropriado-se das terras, se não tivesse encontrado um interesse na revolução, ele se teria deixado destruir pelos exércitos realistas coligados contra a França. Bakunin diz ainda que a burguesia desenvolveu-se em grande parte graças à expropriação do patrimônio fundiário da Igreja e da nobreza.

A vitória da revolta de 1525 teria tido por conseqüência que “os camponeses alemães desde há três séculos e meio teriam sido liberados da servidão”.²⁹

Eles teriam tido atrás de si mais de três séculos de liberdade e propriedade individual da terra. Teria sido preciso que o povo alemão fosse bem estúpido, e ele está bem longe de sê-lo, para que uma e outra não tivessem tido o tempo para desenvolver, uma seus frutos positivos, a outra suas conseqüências negativas. O triunfo da revolução dos campos teria necessariamente trazido consigo a revolução das cidades da Alemanha, teria colocado-lhes o diabo no corpo, esse diabo benfeitor e emancipador, esse espírito de revolta, cuja ausência condena-os hoje a uma desoladora escravidão.³⁰

Em outros termos, o estabelecimento da propriedade privada da terra na Alemanha desde 1525 teria permitido a esse sistema desenvolver com vários séculos de antecipação suas contradições internas e alcançar uma maturidade suficiente para pôr o socialismo na ordem do dia. Bakunin apresenta aqui a tese de que o

²⁹ *L'empire knouto-germanique*, VIII, 465.

³⁰ *L'empire knouto-germanique* VIII, 465-466.

desenvolvimento normal da sociedade burguesa necessita da revolução nos campos, da liberação do campesinato e da extensão da propriedade individual da terra, idéia que também é aquele de Marx, ou mesmo a de Lassalle. O desenvolvimento natural da burguesia alemã foi rompido pelo fracasso da revolta camponesa — este é um fato que Bakunin ressalta freqüentemente — e, mais tarde, pela incapacidade dos burgueses em ligar seu movimento àquele do campesinato, em utilizar a formidável força do campesinato. A constituição de um sistema burocrático é o preço a pagar por uma revolução frustrada. O que é válido para a revolução burguesa será igualmente válido, como mostra Bakunin, para a revolução do proletariado.

A burocracia como classe de Estado é chamada, de certa maneira, a substituir-se a uma classe que teria falhado na sua “missão histórica”. Na análise que ele faz da sociedade alemã contemporânea (conferir *Écrit contre Marx*, III, 154- 255), Bakunin mostra que a Alemanha não é um Estado feudal, mas que também não é, estritamente falando, um Estado moderno. Ela já não é feudal pois a nobreza perdeu toda força separada do Estado; mas não é moderna porquanto os burgueses não controlam o aparelho de Estado.

Só é moderna do ponto de vista econômico, e aí o capital burguês domina, com a sua onipotência invasora, contra a qual não é possível lutar. Trata-se, pois, de um sistema híbrido no qual o Estado adota uma política favorável ao desenvolvimento dos interesses burgueses, mas onde essa política é aplicada pelos nobres que dirigem o aparelho de Estado. A Alemanha, diz Bakunin, é um Estado absoluto, que se serve da nobreza para oprimir

as massas, inclusive a burguesia, mas fazendo os negócios desta última. Para realizar tal política, uma burocracia poderosa e eficaz é necessária. A forma política que corresponde à dominação da burocracia só pode ser aquela que Bakunin designa sob o nome de cesarismo, que, por sinal, apresenta muitas analogias com o bonapartismo de Marx. É o caminho outrora descoberto pelos imperadores romanos,

redescoberto nesses últimos tempos por Napoleão III, e por inteiro desobstruído e melhorado por seu discípulo, o príncipe Bismarck: o caminho do despotismo estatista, militar e político, dissimulado sob as flores e sob as formas mais amplas e, ao mesmo tempo, mais inocentes, da representação popular.³¹

2. A burocracia como candidata ao poder

Além da burocracia como classe do Estado, há a burocracia como candidata ao poder; trata-se dessa “quarta classe governamental” chamada a suceder, se as condições prestam-se a isso, a burguesia. Mas aqui ainda é preciso distinguir entre o que se poderia denominar burocracia “genérica” e o que Bakunin denomina burocracia “vermelha”.

a) Há de início o que se poderia chamar a burocracia como fenômeno primário, ou genérico, que se constitui espontaneamente quando um aparelho torna-se pesado a administrar, quando ele hipertrofia-se e os “administrados” abdicam de toda vontade de controle.

³¹ *Etatisme et anarchie*, IV, 294.

Bakunin descreveu extensivamente esse fenômeno, em particular quando ele surge nas organizações operárias.

Bakunin não aborda apenas a crítica da burocracia pela cúpula, ele também a projeta pela base. Ela não é só um fenômeno ligado ao desenvolvimento das forças produtivas e que impõe a constituição de um aparelho de Estado cada vez mais complexo e poderoso, ela é também um fenômeno natural que ameaça com sua corrupção todo grupamento humano que não se dá os meios para combatê-la. A originalidade da análise bakuniniana é que a burocracia é simultaneamente um fenômeno político quando ela toca o Estado, um fenômeno sociológico quando toca as organizações, e um fenômeno psicológico que, no indivíduo, está ligado à vontade de poder (ou, negativamente, à sua recusa de exercer o poder sobre sua própria existência).

Em *O Império cnuuto-germânico*, Bakunin declara que é a vida que produz as idéias e que determina os comportamentos, não as idéias que produzem a vida. As condições materiais de existência dos homens contribuem para criar neles as idéias que os dominam malgrado eles. A constituição pelo proletariado de organizações de massa é um fator de educação graças ao qual ele pode de certa forma auto-educar-se e liberar-se da influência burguesa, mas isso tem também uma contrapartida negativa: a criação de uma minoria de dirigentes que acaba por não mais ver na organização um meio de emancipação, mas um objetivo em si, um instrumento de sua ambição e de sua vaidade pessoais.

Os melhores homens, diz Bakunin, são facilmente corruptíveis quando o meio presta-se a isso, ou quando

não há “controle sério e oposição permanente”. No caso da A.I.T., não se trata evidentemente de corrupção venal, porquanto a organização é demasiado pobre para assegurar uma remuneração a seus chefes, mas existe um outro tipo de corrupção, ao qual infelizmente a Associação Internacional dos trabalhadores não é absolutamente estranha: é aquela da vaidade e da ambição. (Stock, VI, 15-16)

Cada um traz em si o germe do instinto de comando, diz Bakunin. Todo germe, por uma lei fundamental da vida, deve necessariamente crescer e desenvolver-se, “por pouco que encontre em seu meio condições favoráveis a seu desenvolvimento”. A ignorância, a indiferença apática e os hábitos servis nas massas são algumas dessas condições, “de modo que se pode dizer com toda razão que são as próprias massas que produzem esses exploradores, esses opressores” dos quais elas são vítimas.

Quando as massas são apáticas e adormecidas, os melhores homens, os mais inteligentes, os mais enérgicos, que nascem em seu seio, que em um meio diferente poderiam ter uma ação positiva, tornam-se naturalmente déspotas. “Tornam-se déspotas amiúde iludindo a si mesmos e crendo trabalhar pelo bem daqueles que eles oprimem.”

Assim, a ausência de oposição e de controle é a fonte inevitável de depravação para todo indivíduo que se encontra investido de um poder qualquer. Sem esse controle, faz-se desse comando um “doce hábito”, e por uma espécie de “alucinação natural” imagina-se que se é absolutamente indispensável. É assim, comenta

Bakunin, que se formou imperceptivelmente no seio das seções dos operários da construção civil da seção da A.I.T. de Genebra, que ele examina em particular, uma espécie de “aristocracia governamental”.

Bakunin não analisa o fenômeno em termos de “maus burocratas”, mas tenta compreender as causas que tornam o fenômeno possível. Num assaz longo trecho de A Protestação da Aliança, ele faz uma descrição do fenômeno que ainda hoje permanece surpreendentemente atual. Os comitês que dirigem as seções da A.I.T., diz ele, viram sua autonomia crescer na medida da indiferença e da ignorância das seções em todas as outras questões diferentes daquelas das greves e das cotizações, as quais, por sinal, são pagas de uma maneira irregular. É uma consequência da apatia intelectual e moral das seções, e essa apatia é ao mesmo tempo o resultado da “subordinação automática à qual o autoritarismo dos comitês reduziu as seções”.

A indiferença das seções em relação a tudo o que não é reivindicação imediata é simultaneamente a causa e a consequência do autoritarismo dos comitês. Estes são dois fenômenos inseparáveis:

Excetuadas as questões de greves e cotizações, sobre todos os outros pontos as seções dos operários em construção civil renunciaram precisamente a todo juízo, a toda deliberação, a toda intervenção; reportam-se simplesmente às decisões de seus comitês. “Elegemos nosso comitê, cabe a ele decidir.” Eis o que operários da construção civil respondem amiúde àqueles que se esforçam para conhecer sua opinião sobre uma questão qualquer. Eles chegaram a ponto de não ter mais nenhuma, semelhantes a folhas brancas nas quais seus

comitês podem escrever o que quiserem. Desde que seus comitês não lhes peçam muito dinheiro e não os pressionem em demasia para pagar o que devem, estes podem, sem consultá-los, decidir e fazer impunemente em seu nome tudo o que lhes parece bom.

Estas linhas foram escritas em 1871, mas permanecem, como vemos, amplamente válidas ainda hoje. Seu interesse reside no fato de que Bakunin não faz uma análise maniqueísta do fenômeno que distinguiria os bons trabalhadores de um lado e os maus burocratas do outro: a burocratização de uma organização é um fenômeno que é coletivamente criado por todos os membros da organização. O que Bakunin censura nos trabalhadores, no presente caso, é seu indiferentismo político, um indiferentismo diferente, todavia, daquele que Marx e Engels censuram por sua vez em Bakunin.

A renúncia dos trabalhadores ante tudo o que ultrapassa o âmbito estreito de suas preocupações imediatas, e o burocratismo dos comitês, são dois fenômenos integrados, dialeticamente ligados, poder-se-ia dizer. Essa renúncia é decerto cômoda — e talvez oportuna — para os dirigentes dos comitês, mas ela não favorece o desenvolvimento social, intelectual e moral das seções, nem o desenvolvimento da A.I.T.: “Pois, desta maneira, ao final, só restam de real os comitês”, que acabam por não mais representar senão eles próprios e, “sem ter em sua retaguarda senão massas ignorantes e indiferentes, não são mais capazes de formar senão um poder fictício”.

Tornado um poder fictício, a organização transformase num terreno favorável ao desenvolvimento de todos os tipos de vaidades, intrigas, ambições ou interesses

personais. Ela pode inspirar um “contentamento pueril de si mesma e uma segurança tão ridícula quanto fatal ao proletariado”, mas ela será impotente na “luta mortal que o proletariado de todos os países da Europa deve agora sustentar contra a potência ainda demasiado real do mundo burguês”.

O fenômeno conjunto da burocratização dos organismos de base e da renúncia das massas constitui uma traição da vocação original da Associação Internacional dos Trabalhadores, cujo objetivo é constituir a classe operária como poder efetivo mas também contribuir para a sua auto-educação pela experiência cotidiana da luta e do debate, pela realização da solidariedade real com as outras seções.³²

b) A “quarta classe governamental” é o outro tipo de burocracia repertoriada por Bakunin, constituída, sociologicamente, por várias camadas sociais:

– Os socialistas burgueses, os intelectuais burgueses que estão privados de perspectivas pela sociedade capitalista e que penetram nas organizações de trabalhadores para arrebatá-las à direção do movimento operário. São pessoas que vêm no socialismo uma formidável força ascendente, e que esperam, graças a ele, restaurar a vitalidade definhante e decrépita de seu próprio partido, diz Bakunin, que ainda os denomina “exploradores do socialismo”.

³² Nota de abril de 2008. Relendo este texto vinte anos depois de sua primeira publicação, e tendo vivido a experiência de membro da direção de um organismo sindical, percebo a que ponto a análise de Bakunin é pertinente.

– Os operários aburguesados, “semiletrados, pretensiosos, vaidosos, ambiciosos e que com razão poder-se-ia denominar “operários burgueses”. Colocam-se como chefes, “homens de Estado das associações operárias”.³³

– Os dirigentes social-democratas que preconizam a estratégia eleitoral de tomada de poder, que se apóiam sobre

a camada superior, a mais civilizada e a mais abastada do mundo operário, essa camada de operários quase burgueses da qual eles querem precisamente se servir para constituir sua quarta classe governamental, e que é de fato capaz de formar uma se não se puser ordem no interesse da grande massa do proletariado.³⁴

c) O conceito de “burocracia vermelha” surge numa carta que Bakunin escreveu a Herzen e Ogarev em 19 de julho de 1866, na qual evoca a “mentira mais vil e mais temível que nosso século engendrou: o democratismo de Estado e a burocracia vermelha”.

Bakunin volta à questão numa carta a Ogarev de 14 de junho de 1868, na qual fala de “burocracia vermelha” para designar aqueles que querem “ligar a causa popular aos interesses do Estado” e querem servir essa causa popular “por meios governamentais, em resumo, pelos meios que estão à disposição da burocracia vermelha, pela via do socialismo de Estado, contra o qual devemos lutar energicamente.”

³³ “Aos companheiros da Federação das seções internacionais do Jura”, fevereiro-março de 1872.

³⁴ *Escrito contra Marx.*

O que é visado é evidentemente a estratégia política de Marx e da social-democracia alemã, parlamentar, que constitui o alimento do fenômeno descrito por Bakunin. A ação parlamentar, diz este último, conduz inevitavelmente à conclusão de acordos políticos com os radicais burgueses. Ora, é demonstrado que esse tipo de acordo conduz sempre ao alinhamento do programa do partido mais radical naquele do partido mais moderado. Por sinal, o parlamento, o Estado, são instituições específicas da burguesia. Participar dessas instituições é um ato contranatural. O que, em Bakunin, é uma recusa da política burguesa, em Marx e Engels é interpretado como uma recusa da política em geral. Segundo Bakunin, a política revolucionária consiste em substituir a política burguesa e a organização de classe da burguesia — o Estado — por uma política e uma organização proletárias.

Enfim, os homens que participam da ação parlamentar serão necessariamente corrompidos pelas manobras e pelas concessões que serão obrigados a fazer antes da tomada do poder, e, em seguida, pelo exercício do poder.

Esta minoria, porém, dizem os marxistas, compor-se-á de operários. Sim, com certeza, de antigos operários, mas que, tão logo se tornem governantes ou representantes do povo, cessarão de ser operários e colocarse-ão a observar o mundo proletário de cima do Estado, não mais representarão o povo, mas a si mesmos e a suas pretensões a governá-lo.³⁵

³⁵ *Estatismo e Anarquia.*

Essa nova classe, a dos “diretores, representantes e funcionários do Estado pretensamente popular”, essa “nova e muito restrita aristocracia de verdadeiros ou pretensos doutos”³⁶ implementará um sistema do qual Bakunin percebe com muita precisão suas características: haverá, diz ele,

(...) um governo excessivamente complicado, que não se contentará em governar e administrar as massas politicamente, como o fazem hoje todos os governos, mas que ainda as administrará economicamente, concentrando, em suas mãos, a produção e a justa repartição das riquezas, a cultura da terra, o estabelecimento e o desenvolvimento das fábricas, a organização e a direção do comércio, enfim, a aplicação do capital à produção pelo único banqueiro, o Estado. Tudo isso exigirá uma ciência imensa e muitas cabeças transbordantes de cérebro nesse governo. Será o reinado da inteligência científica, o mais aristocrático, o mais despótico, o mais arrogante e o mais desprezível de todos os regimes.³⁷

Esta descrição, que para Bakunin é só uma hipótese, é amiúde evocada para mostrar o caráter “profético” de suas instituições. Servindo-se de uma espécie de efeito de choque e de colagem de nossa experiência contemporânea sobre um texto de mais de um século, alguns autores quiseram mostrar que Bakunin previra o stalinismo e que este estava contido em Marx. Este tipo de “demonstração” só pode, no melhor dos casos, ser um anacronismo, no pior, um travestismo, não apenas do ponto de vista de Marx, visto que se lhe atribui a

³⁶ *Ibid.*

³⁷ *Écrit contre Marx. Oeuvres*, III, 204.

paternidade do stalinismo, bem como do ponto de vista de Bakunin, que nem mesmo podia imaginar a possibilidade de tal regime³⁸.

Quando examinamos o texto acima, levando em conta apenas os elementos históricos da época, sem acrescentar-lhes interpretações de fatos advindos posteriormente, percebemos que Bakunin atribui ao marxismo decerto um projeto autoritário e centralizador, no qual existe uma forte substituição de poder em proveito da elite dirigente, mas que nada tem a ver com o stalinismo, que Marx teria sido o primeiro a condenar com horror.

Dizer que se pode artificialmente transpor um texto de 1870 na realidade de hoje em nada diminui a clarividência de Bakunin.

O advento dessa burocracia vermelha, observemo-lo, não era aos olhos de Bakunin uma ocorrência inevitável. Com efeito, ele diz que essa quarta classe governamental só surgirá “se não se puser ordem no interesse da grande massa do proletariado”³⁹. Em outros termos, a burocracia sucederá a burguesia na hipótese de a classe operária mostrar-se incapaz de assumir seu papel na revolução proletária.

³⁸ O que Bakunin descreve na citação acima é só o programa que está contido no programa do *Manifesto Comunista*.

³⁹ *Escrito contra Marx*.

3. O fracasso da aliança com o campesinato

Este sobrevôo da análise bakuniniana seria incompleto se não mencionássemos uma última hipótese, um último esquema de constituição de uma burocracia de Estado. Trata-se de uma conseqüência eventual da incapacidade da classe operária em realizar uma aliança política viável com o campesinato.

Durante a guerra de 1870, Bakunin esperava que as hostilidades desencadeariam um processo revolucionário que se estenderia das cidades aos campos. Preconizava uma ação dirigida simultaneamente contra o governo e os prussianos, a transformação da guerra patriótica em guerra revolucionária. A adesão do campesinato à revolução constitui um ponto fundamental da estratégia que ele preconiza naquele momento. Àqueles que objetam que os camponeses são partidários furibundos da propriedade individual, ele responde que é preciso

estabelecer uma linha de conduta revolucionária que drible a dificuldade e que não só impediria o individualismo dos camponeses de empurrá-los ao campo da reação, mas que, ao contrário, serviria-se deles para fazer triunfar a revolução.⁴⁰

Os bolcheviques serão confrontados ao mesmo problema quarenta anos depois. Bakunin acrescenta, por sinal, algumas palavras que adquirirão todo seu sentido durante a Revolução russa:

⁴⁰ Lettre à un Français, VII, 118

Fora deste meio que eu proponho, só há um: o terrorismo das cidades contra o campo (...). Aqueles que se servirão de semelhante meio matarão a revolução.⁴¹

Quando ele aborda a questão crucial da coletivização das terras (Cartas a um Francês, 6 de setembro de 1870), Bakunin afirma que impor esta seria um erro, pois ela caria a insurreição do campo. Para vencê-los precisariam de uma imensa força armada, com uma disciplina militar, com generais, e toda a máquina teria de ser reconstruída, com o maquinista, o ditador. Pensamos, evidentemente, mais uma vez, no problema das relações entre operários e camponeses durante a Revolução russa, nas requisições que exacerbaram os antagonismos entre a cidade e o campo, e resultaram na coletivização forçada.

Se Bakunin aborda a questão de um ponto de vista de princípio, ele interroga-se também sobre as possibilidades práticas que a classe operária teria de impor a coletivização. Ele pensa que os operários jamais terão o poder de impor o coletivismo no campo. É, diz ele,

uma aberração fundamental do comunismo autoritário que, porque necessita da violência regularmente organizada do Estado, e porque necessita do Estado, resulta necessariamente na reconstituição do princípio da autoridade e de uma classe privilegiada de funcionários do Estado.⁴²

⁴¹ *Ibid*, VII, 116.

⁴² *Ibid*, VII, 117.

Segundo Bakunin, o coletivismo no campo só poderá produzir-se pela força das coisas, quando as “condições do individualismo privilegiado, as instituições políticas e jurídicas do Estado tiverem desaparecido por elas mesmas”.⁴³ A pretensão do mundo operário de impor uma política ao campesinato é um “legado político do revolucionarismo burguês”. Ela resulta inevitavelmente na reconstituição de um sistema de dominação, fundado desta vez na burocracia — os “funcionários do Estado” — encarregados da execução prática desse programa, despossuindo, por isso, a classe operária de todo poder.

Ressaltamos uma vez mais a idéia segundo a qual o advento da burocracia de Estado é o preço a pagar pelo fracasso da revolução proletária.

Conclusão

Podemos surpreender-nos com o fato de que Marx, malgrado o instrumento metodológico por ele forjado, tenha passado ao lado de tão importante problema quanto este da burocracia.⁴⁴ Na sexta seção do Livro III de *O Capital*, ele evoca o caso em que os produtores têm à sua frente não proprietários individuais, mas o Estado, que é “ao mesmo tempo proprietário e soberano”. A soberania, diz Marx, “é só a continuação da propriedade fundiária em escala nacional”. Marx percebe perfeitamente a possibilidade de concentração dos meios de produção e do poder nas mesmas mãos; mas este caso é limitado à Ásia e corresponde a formas

⁴³ *Ibid*, VII, 118.

⁴⁴ Nota de abril de 2008. Poder-se-ia responder que, tornado o principal burocrata da A.I.T., ele estava mal situado para analisar o fenômeno.

econômicas do passado; ele não pode projetar esse esquema aplicado à propriedade industrial do futuro pela simples razão de que ele tem tendência a considerar a concentração dessa propriedade nas mãos do Estado como o fundamento do socialismo.